

demais, poderá solicitar a participação de servidor fazendário ou pessoa externa ao quadro da SEFAZ, na qualidade de convidado e sem direito a voto ou remuneração, para realizar apresentação técnica.

CAPÍTULO II

DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DO COMITÊ GESTOR

Art. 6º O Comitê Gestor do FUNDAT deverá reunir-se, ordinariamente, em períodos determinados, com o objetivo de deliberar sobre as matérias compreendidas no âmbito de suas competências e atribuições e, especialmente, para deliberar sobre a execução do Plano de Aplicação.

Art. 7º As reuniões ordinárias a que se refere o artigo anterior deverão ser realizadas, respectivamente, na primeira quinzena dos meses de janeiro, março, junho, agosto, outubro e dezembro de cada exercício.

§ 1º Exceto mediante proposta do Coordenador ou Subcoordenador Técnico do Comitê Gestor, ou em face de fundada justificativa, poderá haver alteração das datas indicadas no caput;

§ 2º Havendo reunião da Câmara de Planejamento e de Política Tributária e Financeira da SEFAZ nos períodos indicados no caput, a reunião do Comitê Gestor do FUNDAT será realizada na mesma data.

Art. 8º A primeira reunião anual ordinária do Comitê Gestor terá como pauta obrigatória a avaliação e a aprovação da prestação de contas relativa à execução físico-financeira do exercício anterior.

Parágrafo único. Caberá ao Coordenador, em conjunto com o Subcoordenador Financeiro, a apresentação do Relatório de Execução Físico e Financeiro em relação ao exercício encerrado.

Art. 9º. O Coordenador ou Subcoordenador Técnico do Comitê Gestor poderão convocar reuniões extraordinárias sempre que houver assunto relevante ou solicitação, devidamente justificada, de qualquer de seus membros, para essa finalidade.

CAPÍTULO III

DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA, DO ORÇAMENTO GLOBALE DO PLANO DE APLICAÇÃO

Art. 10. A elaboração da Proposta Orçamentária e do Orçamento Global obedecerá às diretrizes e prioridades de investimentos estabelecidas pelo Comitê Gestor.

Art. 11. As solicitações de utilização de recursos do FUNDAT serão realizadas mediante apresentação de Projeto, elaborado em conformidade com o Orçamento Global e as diretrizes e prioridades de investimento e, quando aprovados, comporão o Plano de Aplicação.

Art. 12. Os membros do Comitê Gestor serão responsáveis pelo acompanhamento e controle de todos os Projetos desenvolvidos nas suas respectivas áreas, e, para tanto, poderão indicar servidor fazendário responsável pela sua execução físico-financeira.

Art. 13. Os Projetos deverão ser encaminhadas aos Subcoordenadores Técnico e Financeiro do Comitê Gestor do FUNDAT, por intermédio de seus respectivos membros, até o dia 10 de junho de cada ano.

Art. 14. Os Projetos deverão necessariamente indicar:

I - as áreas em que serão investidos os recursos, de acordo com o Art. 2º do Decreto nº 11.615/2005;

II - a síntese dos problemas diagnosticados que justifiquem os investimentos solicitados;

III - as soluções apresentadas para resolver os problemas diagnosticados;

IV - os resultados esperados após a realização dos investimentos;

V – os investimentos a serem realizados e o respectivo cronograma de execução físico-financeira;

VI – os indicadores e metas para aferir os seus resultados;

VII - a identificação da área da Secretaria responsável pela sua gestão e do servidor fazendário responsável pela sua execução físico-financeira;

VIII – em destaque, e quando aplicável, a condição de que a sua execução poderá ultrapassar o período de 12 (doze) meses.

Art. 15. A Proposta Orçamentária, o Orçamento Global do Exercício e o Plano de Aplicação, a sua consolidação e aprovação, serão elaborados segundo as seguintes orientações:

I – Proposta Orçamentária para o Exercício Seguinte: que será elaborado pelo Subcoordenador Financeiro e submetido à aprovação do Comitê Gestor, indicando as categorias de investimento e os elementos de despesa/fonte; em observância ao art. 3º alínea b.

II – Orçamento Global do Exercício: que será elaborado pelo Subcoordenador Financeiro e submetido à aprovação do Comitê Gestor, indicando as categorias de investimento e o montante de desembolso mensal;

III – Plano de Aplicação: que compreende os Projetos a serem executados e o cronograma de desembolso dos recursos, devendo ser elaborado pelos Subcoordenadores Técnico e Financeiro até o dia 05 de dezembro, para fins de análise e consolidação do Orçamento Global a ser submetido à apreciação do Comitê Gestor na reunião ordinária a que se refere o art. 3º, III, deste Regimento.

CAPÍTULO IV

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Art. 16. Compete ao Coordenador e ao Subcoordenador Financeiro o controle da execução orçamentária e financeira do FUNDAT.

Art. 17. A execução orçamentária e financeira do FUNDAT será executada pela Unidade Administrativo-Financeira da SEFAZ, cabendo ao Comitê Gestor os controles e solicitações abaixo indicados:

I – Controle Orçamentário e Financeiro por Categoria de Investimento: indica os valores contabilizados a débito e a crédito, bem como os saldos atualizados, em relação às atividades por produto constantes do Plano de Aplicação;

II - Solicitação de Abertura de Processo de Licitação: indica o objeto a ser licitado, os valores estimados, a classificação da despesa no FUNDAT, e as informações referentes ao saldo orçamentário em consonância ao Controle Orçamentário indicado no inciso anterior;

III - Solicitação de Pagamento de Despesa: utilizado para solicitação de liquidação e pagamento de despesas, o qual deverá indicar o número da nota fiscal, a data, e o credor, bem como o atestado de entrega do bem ou da prestação do serviço contratado.

Parágrafo único. Os citados instrumentos serão elaborados e mantidos pela Secretaria Executiva do FUNDAT e encaminhados ao Coordenador e Subcoordenador Financeiro para as providências ulteriores.

Art. 18. Os membros poderão propor alterações orçamentárias relativas aos Planos de Aplicação já aprovados, observando-se, nesse caso:

I – em se tratando de alteração orçamentária que resulte em adição ou subtração de créditos do orçamento global ou alterações que afetem os Projetos em andamento que compõem o Plano de Aplicação, deverá o Coordenador submeter a proposta ao Comitê Gestor que poderá rejeitar ou aprovar a proposta mediante edição de Resolução na qual se indicará a fonte para a concessão do crédito adicional, quer seja por excesso de arrecadação ou por redução de créditos orçamentários;

II – em se tratando de alteração orçamentária através de remanejamento de dotação no âmbito do mesmo Plano de Aplicação, a proposta poderá ser aprovada pelo Coordenador e Subcoordenadores Técnico e Financeiro, sem consulta ao Comitê Gestor, mediante Despacho.

Art. 19. Caberá ao Coordenador:

I – convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias ou alterar as datas de sua realização;

II – solicitar a abertura de processo de licitação;

III – solicitar o Pagamento de despesas do FUNDAT ao Diretor da Unidade Administrativo – Financeira da SEFAZ;

IV – controlar a execução orçamentária e financeira do FUNDAT;

V – apresentar a prestação de contas anual, através do Relatório de Execução Físico e Financeiro;

VI – nomear o Secretário Executivo, bem como, o servidor fazendário responsável pelo acompanhamento da execução físico-financeira de cada projeto; no decreto 11.615 art. 4º § 2º reza que o secretário designará .

VII – solicitar a transferência dos recursos financeiros a que alude o Art. 2º da Lei nº 5.429/2004, para a conta corrente do FUNDAT, conforme estabelecido no Art. 3º, § 3º, do Decreto nº 11.615/2005.

Art. 20. Caberá ao Subcoordenador Técnico:

I – elaborar o Plano de Aplicação;

II - acompanhar e fiscalizar a execução dos Projetos constantes no Plano de Aplicação;

III – analisar as solicitações e Projetos encaminhados;

IV – na ausência do Coordenador, substituí-lo e exercer as suas atribuições, no que couber.

Art. 21. Caberá ao Subcoordenador Financeiro: